



COLÓQUIO
evocativo



**A AUTONOMIA AÇORIANA
NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO:
BALANÇO E PERSPETIVAS**



Sessão Solene de Inauguração da Assembleia Regional dos Açores, 4 de Setembro de 1976. Foto: ALRAA

**26 e 27
Outubro
2026**

 **UNIVERSIDADE DOS
AÇORES | AULA MAGNA**

PONTA DELGADA
SÃO MIGUEL



Fotografia de grupo do 1.º Governo Regional - 8 de Setembro de 1976. Foto: GDA

ENTRADA LIVRE

Informações: cham.secretariado@uac.pt



UAc
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES



ALRAA

Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores



RESUMOS E NOTAS BIOGRÁFICAS



26 de setembro de 2026 (Aula Magna da Universidade dos Açores) - Manhã

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Marcelo Rebelo de Sousa

Testemunho Pessoal

Nota Biográfica: Nasceu em Lisboa em 12 de dezembro de 1948. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, doutorou-se em Ciências Jurídico-Políticas na mesma instituição, onde desenvolveu uma longa carreira académica como professor catedrático, destacando-se nas áreas do Direito Constitucional e do Direito Administrativo.

Iniciou a sua atividade política após a Revolução de 25 de Abril de 1974, tendo sido um dos fundadores do Partido Popular Democrático (PPD), posteriormente Partido Social Democrata. Foi deputado à Assembleia Constituinte, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e ministro dos Assuntos Parlamentares. Entre 1996 e 1999, presidiu ao PSD.

Paralelamente, desenvolveu uma intensa atividade no jornalismo e na comunicação social, tornando-se uma figura particularmente conhecida do público português pelos seus comentários políticos na rádio e na televisão.

Eleito Presidente da República em 2016, tomou posse a 9 de março desse ano, sucedendo a Aníbal Cavaco Silva. Foi reeleito em 2021, exercendo dois mandatos consecutivos até março de 2026. A sua presidência ficou marcada por uma forte proximidade com os cidadãos, uma presença pública constante e a intervenção em momentos de instabilidade política e institucional.

Ao longo da sua carreira, destacou-se pela participação no debate público português, tanto no plano académico como no político e mediático.



João Bosco Mota Amaral

Pré-História da Autonomia: a elaboração feita no PSD/Açores entre o 25 de Abril e a aprovação da Constituição.

Resumo: A ideia de Autonomia surgiu logo como grande objectivo a alcançar nos primeiros dias da existência do PSD/Açores. Mas a realidade dos três distritos não podia ser ignorada. O Congresso Nacional do então ainda PPD consagrou o compromisso do Partido com a Autonomia dos Açores e da Madeira. Mas foram os acontecimentos posteriores às eleições para a Assembleia Constituinte a determinar a criação da Região Autónoma dos Açores, logo precedida da criação da Junta Governativa dos Açores, por diploma do V Governo Provisório, o último do período gonçalvista.

Nota Biográfica: Nasceu em Ponta Delgada em 15 de Abril de 1943. Fez os estudos primários e secundários na mesma cidade. Formou-se na Universidade Clássica de Lisboa, onde obteve a Licenciatura e o Mestrado em Direito. Exerceu advocacia. Em 1969 foi eleito Deputado à Assembleia Nacional, alinhando na Ala Liberal. Em 1975 foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte e depois e até 2015 Deputado à Assembleia da República. Foi o primeiro Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, entre 1976 e 1995. Foi Presidente da Assembleia da República na IX Legislatura.



Eduardo Paz Ferreira

Os árduos caminhos da autonomia financeira

Resumo: A autonomia financeira dos Açores resulta de um longo percurso histórico e constitucional, marcado por avanços e restrições. A sua consolidação exige uma nova lei de finanças regionais que reforce a solidariedade nacional, respeite as especificidades insulares e assegure uma autonomia política efetiva.

Nota Biográfica: Professor catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Advogado e Jurisconsulto.

Foi Presidente do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e do Instituto Europeu da FDUL. Foi Director da Revista de *Finanças Públicas e Direito Fiscal*.

Foi presidente da Assembleia de Escola, do Conselho Pedagógico e do Instituto de Cooperação da FDUL. Vogal do Conselho Jurisdicional da Ordem dos Economistas.

Foi Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Primeiro Governo Constitucional (1976-1977). Apoiou na preparação de diplomas legislativos, como a lei-quadro da dívida pública, o estatuto do gestor público, a lei-quadro das empresas locais e a primeira lei das finanças das Regiões Autónomas (1998). Representou a Região Autónoma dos Açores na Comissão para o Acompanhamento das Privatizações. Em 2023-2025, coordenou, a convite dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a equipa responsável pela elaboração dos trabalhos conducentes à apresentação de uma anteproposta de revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Foi vogal do Conselho Superior do Ministério Público entre 1983 e 1987 e entre 2005 e 2007.

Entre 2001 e 2006 foi Presidente da Associação Fiscal Portuguesa.

Entre 2007 e 2014 exerceu funções de Presidente do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e de administrador não executivo da Caixa Geral de Depósitos.

Em 2003 foi homenageado pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias.

Em 2014 recebeu a insígnia Autonomica de Reconhecimento, atribuída pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Em 2026 recebeu o Prémio Justiça e Liberdade, atribuído pelo Instituto Superior Miguel Torga.



João Duque

Quanto vale a Autonomia? Uma leitura financeira de 50 anos de governação regional

Resumo: É possível atribuir um valor económico e financeiro à Autonomia? Cinquenta anos depois da institucionalização da Autonomia dos Açores, esta palestra propõe olhar para a governação regional através de uma perspetiva pouco habitual: a das Finanças.

A Autonomia pode ser entendida como um conjunto de direitos de decisão e, nessa medida, como um portefólio de opções reais. A possibilidade de decidir localmente quando investir, onde investir, que projetos adiar, que prioridades alterar ou como reagir perante choques económicos possui valor. Tal como numa opção financeira, não existe apenas o valor das decisões efetivamente tomadas: existe também o valor da flexibilidade para decidir no futuro, à medida que nova informação se torna disponível.

Esta perspetiva levanta uma segunda questão: qual é o valor financeiro da proximidade? Um governo regional dispõe potencialmente de melhor informação sobre as necessidades locais, reduzindo assimetrias de informação e permitindo uma afetação de recursos mais ajustada às preferências das populações. Mas a proximidade também tem custos: menor escala, eventual duplicação de estruturas e menor diversificação dos riscos.

Nos Açores, a questão torna-se particularmente interessante. A distância relativamente ao continente pode aumentar o valor da decisão descentralizada; porém, a enorme dispersão geográfica entre nove ilhas pode reproduzir, dentro da própria Região, alguns dos problemas que justificaram a descentralização. Até que ponto a decisão tomada em Ponta Delgada, Angra ou Horta é verdadeiramente “local” para todas as ilhas?

A análise conduz-nos às finanças locais e regionais, à fiscalidade, ao endividamento, ao investimento público, às transferências nacionais e europeias e à partilha de riscos entre Região e República.

Ao fim de 50 anos, a pergunta não é apenas quanto custou a Autonomia. É sobretudo outra: quanto vale ter o direito de decidir?

Nota Biográfica: João Duque nasceu em Lisboa em 1961. É Professor Catedrático no ISEG – Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa, desde 2003. Licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade de Lisboa e doutorou-se em Business Administration pela Universidade de Manchester. Foi Presidente do ISEG entre 2009–2014 e 2022–2026, tendo também presidido ao Departamento de Gestão e coordenado a área de Finanças. Leciona em programas de mestrado, MBA e pós-graduação nas áreas de derivados, engenharia financeira e investimento sustentável. É autor e coautor de diversas publicações científicas. Integra o Comité de Auditoria do Banco Europeu de Investimento e exerce funções em órgãos de governação de várias entidades. Colabora regularmente com os media, sendo colunista do *Expresso* e comentador económico na rádio e televisão.



Armando Rocha

(Re)Construindo a Autonomia Político-Administrativa das Regiões Autónomas

Resumo: A criação de regiões autónomas, dotadas de autonomia político-legislativa, foi uma das mais importantes inovações no quadro da Constituição Portuguesa de 1976. Apesar das variações na sua configuração, a figura “região autónoma” não é uma novidade no direito e na política comparada, mas foi uma originalidade no quadro constitucional português, por ser a primeira vez em que poderes tipicamente associados à função de soberana (i.e., políticos e legislativos) foram partilhados no contexto do Estado unitário português. Porventura por causa desta originalidade, o modelo de autonomia política-legislativa das regiões autónomas foi forjado com o intuito de garantir que quer a atividade política, quer a atividade legislativa regional seria desenvolvida dentro de um quadro conceptual muito delimitado e sujeito a alguma forma de controlo por parte dos órgãos de soberania, nomeadamente por parte do Tribunal Constitucional. Na prática, porém, a construção e reconstrução do modelo português de autonomia político-legislativa das regiões autónomas foi sempre feita de alguma tensão em relação quer àquele quadro conceptual que delimita o exercício de poderes por parte dos órgãos próprios das regiões autónomas (incluindo no plano da atuação administrativa), quer aos poderes e relações entre órgãos da República e órgãos das regiões autónomas. Por isso, construir e reconstruir a autonomia regional nos 50 anos da Constituição Portuguesa implica (re)pensar a posição das regiões autónomas no quadro constitucional, os poderes políticos e legislativos de que dispõe e os modelos de relacionamento entre órgãos da República e órgãos próprios da região.

Nota Biográfica: Professor Auxiliar da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se licenciou (2006) e doutorou (2019). Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do Direito do Mar, do Ambiente e Alterações Climáticas, do Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos. É ainda National Rapporteur e Europe Regional Leader no Sabin Center for Climate Change Law at Columbia University, vogal da presidência da European Society of International Law, membro do comité da International Law Association sobre Protection of Persons at Sea e membro do Seminário de Jovens Cientistas da Academia de Ciências de Lisboa.



Ignacio Lezcano Sevillano

La familia, los menores y las personas mayores en el Estatuto de Autonomía de Canarias (Ley Orgánica nº 1/2018, de 5 de noviembre).

Resumo: La protección jurídica de la familia, de las personas menores de edad y de las personas mayores constituye una de las manifestaciones más significativas de la dimensión social del Estado de Derecho. El Estatuto de Autonomía de Canarias, en consonancia con los principios constitucionales, reconoce un conjunto de derechos y garantías orientados a preservar la dignidad de la persona, favorecer su desarrollo integral y asegurar la protección de quienes se encuentran en situaciones de especial vulnerabilidad.

La familia, como institución fundamental de convivencia y solidaridad, recibe una protección que trasciende su concepción tradicional y comprende las diversas realidades familiares presentes en nuestra sociedad. Esta protección se proyecta especialmente sobre los menores de edad, cuyo interés superior constituye el principio rector de toda actuación pública o privada que les afecte, sin desconocer su derecho a ser escuchados y a participar progresivamente en las decisiones que conciernen a su persona.

Por su parte, la protección de las personas mayores exige superar una concepción exclusivamente asistencial para reconocer su autonomía, su capacidad de decisión y su derecho a participar plenamente en la vida familiar y social.

En este contexto adquiere particular relevancia la Ley 8/2021, de 2 de junio, que, siguiendo los principios de la Convención de Nueva York de 2006 sobre los derechos de las personas con discapacidad, introdujo una profunda transformación del Derecho civil español. Su principal aportación consiste en sustituir el tradicional sistema de incapacitación por otro basado en el reconocimiento de la capacidad jurídica y en la provisión de los apoyos necesarios para su ejercicio, con pleno respeto a la voluntad, los deseos y las preferencias de la persona.

Desde esta perspectiva, se examinará la articulación entre las previsiones estatutarias y la legislación civil vigente, destacando la necesidad de interpretar la protección de la familia, de los menores y de las personas mayores desde los principios de dignidad, igualdad, autonomía personal y respeto a los derechos fundamentales.

Ignacio

Nota Biográfica: Decano de la Facultad de Ciencias Jurídicas de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria del 2001 al 2015. Coordinador del GIR *Derecho de la Integración*. Magistrado suplente de la Audiencia Provincial de Las Palmas, desde 1989 a 2009, y 2018 a 2024.



Valoración positiva de la Comisión Nacional Evaluadora de la Actividad Investigadora del Ministerio de Educación y Ciencia: 4 sexenios de investigación reconocidos, el último vivo. Reconocido un sexenio de transferencia.

Publicaciones más recientes: *-Jurisprudencia del Tribunal Supremo*: extractos y anotación de sentencias, en Anuario de Derecho Civil, fascículos I, II, III, y IV de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 y 2026. *El Estatuto de Autonomía de Canarias (Ley Orgánica 1/2018, de 5 de noviembre)*, obra dirigida por José Suay Rincón y Fernando Betancor Reyes, Capítulo 3, en Civitas Thomson-Reuters, Cizur Menor-Navarra, 2019, págs. 97 a 109. *La responsabilidad de los herederos por las deudas del causante, antes y después de la partición de la herencia*, en Derecho de Sucesiones contemporáneo: Aspectos civiles y fiscales, obra dirigida por Carlos Lasarte, editorial Tirant lo blanch, Valencia 2020, págs. 317 a 329. *Cláusulas abusivas por intereses moratorios y por intereses remuneratorios en los prestamos hipotecarios con IRPH*, en La Tutela del Consumatore nella Moderna Realtà Bancaria (Profilo Internazionale), obra dirigida por Eugenio Llamas Pombo, Lorenzo Mezzasoma, Umberto Rana y Francesco Rizzo, editorial Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli 2020, págs. 179 a 203. - *El caso fortuito: doctrina y jurisprudencia*, en Estudios de derecho de contratos, dirigidos por Antonio-Manuel Morales Moreno, Volumen I, editorial BOE, Madrid 2022, págs. 267 a 286. *De la confesión de privatividad anterior a la Ley de 13 de mayo de 1981, a la atribución directa del carácter privativo sin acudir a la confesión*, en Fortaleza y debilidades del Derecho de Familia Contemporáneo, *Liber amicorum* em Homenaje al Profesor Carlos Lasarte Álvarez, Tomo II, editorial Dykinson, SL, Madrid 2023, págs. 1155 a 1170. *Manual de Derecho Civil*, dirigido por Eugenio Llamas Pombo, Volumen IV. *Derecho de Bienes*, em coautoría con Carlos Ortega Melián y Francisco Santana Navarro, en Aranzadi La Ley, Madrid 2024, páginas 400. Acciones Civiles, Tomo IV; Derechos reales.



26 de outubro de 2026 (Aula Magna da Universidade dos Açores) - Tarde

António Costa Pinto

**A Democratização Portuguesa e a Construção das Autonomias Regionais.
Notas Comparativas**

Nota Biográfica: Doutorado pelo Instituto Universitário Europeu (1992, Florença) e Agregado pelo ISCTE (1999), é desde 2023, Investigador Coordenador Aposentado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Catedrático de Ciência Política na Universidade Lusófona, campus de Lisboa.

Foi Professor Convidado na Universidade de Stanford (1993) e Georgetown (2004), e Investigador Visitante na Universidade de Oxford (1994), de Princeton (1996), na Universidade da Califórnia- Berkeley (2000 e 2010) e na New York University (2017).

Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. Foi consultor científico do Museu da Presidência da República Portuguesa e tem colaborado regularmente na imprensa, rádio e televisão. A sua última obra em português, em coorganização, intitula-se *Quem Governa Portugal? Perfis Ministeriais em Perspectiva Comparada (1976-2025)*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2026.



Avelino de Freitas de Meneses

Os Açores e a Autonomia: passado, presente, futuro

Resumo: Antes das incidências dos nossos dias, identificamos dois movimentos autonomistas, no termo de oitocentos e no 1º terço de novecentos. Ambos padecem da ausência de resultado bastante. Na prática, originam tímidos processos de descentralização, decorrentes da aplicabilidade de decretos de 1895 e 1928. Na teoria, originam acesos debates de ideias, convertidos em prolífera bibliografia.

A última vaga autonomista, de 1974-76, por ser a mais súbita, é a que menos se alicerça num movimento de ideias, mas reverte no melhor dos resultados. A Autonomia evolui de administrativa para política, obtendo reconhecimento constitucional, uma inovação e uma defesa.

Após o 25 de Abril, à semelhança das campanhas autonómicas de antanho, surge uma vontade de subtração dos Açores à desordem de Portugal. O propósito brota da reconquista da liberdade. O propósito decorre da emancipação colonial, que suscita a revivescência de um sentimento autonomista, até independentista. O propósito resulta do radicalismo da revolução que, pela inversão do sistema económico, suscita a repulsa dos grandes que, pela influência de um ideário cripto-comunista, move o receio de quase todos.

Hoje, a bondade das políticas mede-se pelo índice de felicidade dos homens. Nos Açores, é esse o barómetro de aferição do desempenho da Autonomia. E, na avaliação, ressalta a felicidade e o desencanto. Felicidade porque a Autonomia cumpriu a promessa de melhoria das condições de vida. Infelicidade porque a Autonomia não cumpriu a promessa de anulação do atraso. Constituirá esta análise um pretexto para a proclamação do falhanço da Autonomia? Não sabemos! Pelo menos, que sirva de alerta para a identificação da prioridade do futuro, o desenvolvimento humano.

Nota Biográfica: Professor Catedrático e ex-Reitor da Universidade dos Açores. Doutor em História Moderna e Contemporânea. Investigador Integrado e ex-Presidente da Assembleia Geral do CHAM-Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura dos XI e XII Governos dos Açores (2014-2020). Como historiador, o seu labor incide nas épocas moderna e contemporânea, vertido em estudos de carácter local, regional e geral, que evidenciam a contribuição das ilhas para a projeção de Portugal no Mundo, desde o advento dos descobrimentos. Da História, possui também um sentido utilitário, pois é eminentemente uma ciência da atualidade, embora possua por objeto a reconstituição das vivências de outrora. Na verdade, a análise do passado é um meio de entendimento do presente e um auxiliar de planeamento do futuro. É possuidor de uma bibliografia extensa, sendo autor, coautor, diretor ou organizador de mais de uma vintena de livros e autor de quase duas centenas de artigos, notícias e



prefácios insertos em publicações da especialidade. Entre os principais títulos, destacam-se: *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, 2 vols., 1987 (com reedição de 2025); *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, 2 vols., 1993-1995; *Estudos de História dos Açores*, 2 vols., 1994-1995; *Nova História de Portugal*, vol. VII *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenador e coautor, 2001; *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, codiretor e autor, 2 vols., 2009; *Antigamente Era Assim! Ensaio de História dos Açores*, (2 edições) 2011 e 2018.

Foi agraciado, em 2011, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (Presidência da República) e com a Insígnia Autónómica de Reconhecimento (Região Autónoma dos Açores). Foi igualmente galardoado com as medalhas de Mérito dos municípios da Praia da Vitória, em 2000, de Angra do Heroísmo e da Horta, em 2012, com a distinção de Cidadão Honorário de Ponta Delgada, em 2012, e com a Chave de Honra Municipal de Vila Franca do Campo, em 2018.



Francisco Quintana Navarro

La conquista de la autonomía de Canarias, 1977-1982: un proceso convulso en un contexto de incertidumbres

Resumo: Hoy puede decirse que la conquista de la autonomía constituyó un hito histórico para Canarias. Supuso una ruptura con el pasado, al quebrar la relación de dependencia y subordinación políticas que el centralismo imponía en las relaciones con el Estado. A la larga, el autogobierno canario, dotado de amplias competencias y legitimidad democrática, ha servido para desplegar políticas propias con impacto en el desarrollo socioeconómico, defender con amplios consensos los intereses específicos en España y Europa y fortalecer la conciencia de pertenencia a una misma comunidad en las ocho islas. Pero si echamos la vista atrás al momento en que se gestó la autonomía, difícilmente podríamos imaginar la estabilidad institucional —siempre relativa— de que goza hoy Canarias. El logro autonómico quedó entonces diluido en la vorágine de acontecimientos críticos que sacudió a la sociedad isleña durante su singular transición a la democracia, marcada por incertidumbres nacionales e internacionales. El proceso para la consecución del Estatuto de Autonomía de 1982 fue largo y azaroso, con reiterados sobresaltos y controversias públicas. Por momentos, la autonomía quedó atrapada entre dificultades externas y disensiones internas.

En su diseño institucional, el reto consistió en resolver cómo hacer región de islas, cuestión ante la que existían dos concepciones. Una se fundamentaba en la fuerza de la realidad-isla y postulaba organizar la autonomía a partir de unos cabildos con experiencia de gobierno, hacienda consolidada y arraigo social, concibiendo Canarias como resultado de la suma de las voluntades insulares. Otra apelaba a fortalecer la idea-región y una identidad compartida mediante instituciones regionales con amplios poderes, entendiendo la construcción de Canarias como ejercicio de cohesión para superar los diversos hechos insulares. Como ambas concepciones tenían sólidos fundamentos y coexistían en el partido hegemónico, se impuso una solución integradora. El Estatuto optó por nuevas instituciones regionales, con parlamento y gobierno, pero mantuvo los cabildos y los incorporó al sistema autonómico.

Nota Biográfica: Licenciado en Historia por la Universidad Autónoma de Madrid y Doctor en Historia por la Universidad Nacional de Educación a Distancia. Es profesor titular de Historia Contemporánea de la ULPGC desde 1993, en cuya Facultad de Geografía e Historia imparte docencia. En su investigación ha cultivado las Relaciones Internacionales de España y la Historia de Canarias. En la primera dirección, entre otras publicaciones es autor de *España en Europa, 1931-1936: del compromiso por la paz a la huida de la guerra* (1993), “La Historia de las Relaciones Internacionales en España: apuntes para un balance



historiográfico” (1996) y “España en la política europea contemporánea: ¿secular aislamiento o acomodo circunstancial?” (1998). Sobre Canarias destacan su monografía *Barcos, negocios y burgueses en el Puerto de La Luz, 1883-1913* (1985 y 1909); la compilación, edición y estudio preliminar de *Informes Consulares Británicos sobre Canarias (1856-1914)* (1992); la codirección de la obra *Historia Contemporánea de Canarias* (2011), en la que escribió “La evolución política: el tardofranquismo, la recuperación de la democracia y la conquista del autogobierno” y “Las derivas internacionales de la insularidad: del ‘Desastre del 75’ a región ultraperiférica de la Unión Europea”; y la coautoría del estudio *La diferencia insular II. El modelo fiscal de Canarias en perspectiva histórica* (2023). En el ámbito de la gestión universitaria, ha sido gerente de la Fundación Universitaria de Las Palmas (1990-1998) y de la ULPGC (1998-2007).



João Avelãs Nunes

Regiões autónomas e regiões administrativas. Passado, presente e futuro de instrumentos de promoção de democracia e de desenvolvimento (integrado e sustentável).

Resumo: Mau grado a prevalência das modalidades locais e regionais de governação durante os períodos medieval e moderno, na Época Contemporânea Portugal tem revelado grandes dificuldades em concretizar processos de descentralização política que permitam a criação e a consolidação de poderes regionais fortes. Talvez nas etapas iniciais se tenha tratado de transpor para a realidade político-administrativa o mito fundador de uma identidade nacional única; talvez nas etapas seguintes esse bloqueio tenha decorrido do défice de efetiva legitimidade popular dos regimes políticos vigentes (regime liberal conservador monárquico com vetores de autoritarismo (1820 ou 1834-1891), regime demoliberal monárquico com vetores de autoritarismo (1891-1910), regime demoliberal republicano com vetores de autoritarismo (1910-1926), regime ditatorial autoritário (1926-1933), regime ditatorial tendencialmente totalitário (1933-1974)).

Desde o Golpe de Estado/Revolução de 25 de Abril de 1974, apesar da estruturação de um regime democrático, do reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos ex-Territórios Não Autónomos e da integração formal na Comunidade Económica Europeia a partir de 1 de Janeiro de 1986, somente nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira foram criadas Regiões Autónomas. No território continental de Portugal, as Regiões Administrativas continuam inexistentes, parcialmente substituídas por soluções de desconcentração administrativa como foram ou são os Governos Cívicos e as Delegações Regionais de Ministérios, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais.

Este impasse é tanto mais difícil de compreender quanto é contrariado por diversos estímulos em sentido contrário, dos quais destaco os resultados positivos, em termos de desenvolvimento integrado e sustentável, alcançados, quer através das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira quer por intermédio do processo de regionalização aprofundado ou concretizado na vizinha Espanha. Saliento, ainda, a lógica descentralizadora e regionalista assumida tanto pela generalidade dos outros Estados membros da União Europeia como pelas próprias instituições e políticas da EU; a dramática tendência de reforço da atratividade das zonas urbanas do litoral de Portugal continental relativamente a todas as áreas do respetivo ‘interior’.

Nota Biográfica: É Professor Associado da Secção de História do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador Integrado do Grupo 1- História, Memória, Políticas Públicas do



Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Tem trabalhado sobre história contemporânea, história e teoria da historiografia, história do tempo presente; divulgação da historiografia e ensino da História, património cultural e cultura organizacional, lazer e turismo de património cultural.

Publicações mais recentes:

- “Anti-judaísmo e anti-semitismo, em Portugal, no Antigo Regime e na Época Contemporânea”, MEA, Elvira de Azevedo e outros (Coord.), *Religião, controlo das consciências e interculturalidade na Idade Moderna*, Porto, CITCEM, 2025, p. 75-92;
- “Vasco Lourenço: um percurso paradigmático do Golpe de Estado/Revolução de 25 de Abril de 1974”, *Estudos do Século XX*, nº 25, 2025, p. 131-144.
- “Inequalities, capitalism, political regimes and the system of international relations”, SOARES, Samuel Alves e outras (Org.) *Transformations in international politics, conflicts, regionalism and Latin America*, São Paulo, Editora Cultura Acadêmica, 2024, p. 17-44.
- “A actual afirmação de soluções políticas populistas e autoritárias ou ditatoriais e tipologias de regimes políticos”, ABREU, Luciano Aronne de e TAUCHEN, Jair (Orgs.), *Histórias e memórias dos fascismos numa época de crise*, Porto Alegre, EdUPUCRS, 2024, p. 39-61.
- “Jews and marranos, in Portugal and in Brazil, in the first half of the 20th century: anti-Semitism and social Darwinism?”, *Revista de História Regional*, vol. 29, 2024.
- “Modalidades de intolerância no passado e no presente: o exemplo do anti-semitismo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 63, 2023, p. 167-188.



Susana Serpa Silva

Contradições da Autonomia Açoriana

Resumo: A celebração de meio século de autonomia constitucional dos Açores é motivo de congratulação na medida em que se celebra o culminar de um longo processo que teve como etapa inicial a autonomia administrativa distrital. Mas, a conquista autonómica demanda igualmente uma reflexão sobre a modernização do modelo vigente e a sua adaptação à realidade contemporânea das ilhas. Sem se poder deixar de perspetivar os diferentes movimentos autonómicos e a ação dos patriarcas da autonomia açoriana e partindo do pressuposto de que a construção deste edifício não terminou e se irá prolongar nos tempos hodiernos, esta comunicação visa refletir sobre determinadas problemáticas e desafios da autonomia açoriana que, em nosso entender, configuram até algumas contradições. A intervenção divide-se em quatro pontos essenciais: a questão histórica; a questão da unidade arquipelágica; a questão eleitoral e a questão demográfica, que se constituem como base de uma análise reflexiva e de um exercício académico tendo em conta a relevância destas temáticas e a sua atualidade.

Nota Biográfica: doutorada em História Contemporânea e Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade dos Açores. É investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, do qual é membro da Direção Executiva, na qualidade de diretora do CHAM Açores. É investigadora colaboradora do LABIMI – Laboratório de Estudos de (E)Imigração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exerce as funções de Diretora do Doutoramento em *História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX)* e do Doutoramento internacional e interuniversitário intitulado *Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional*. Foi diretora da unidade orgânica Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais (2013 a 2016), foi coordenadora do Departamento de História, Filosofia e Artes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2016 a 2019) e integrou e integra diferentes órgãos de gestão universitária. É membro correspondente da Academia Portuguesa de História.

Leciona múltiplas unidades curriculares às licenciaturas em História, Estudos Europeus e Serviço Social, na academia açoriana, bem como a mestrados e a doutoramentos na área de História. Publicou 5 livros da sua autoria e mais 11 em co-coordenação e publicou mais de 80 capítulos e artigos científicos em revistas nacionais e internacionais, de países como o Brasil, Espanha, Itália, França e Polónia. Entre as suas áreas de interesse estão a História de Portugal, dos Açores e do Atlântico, nos séculos XIX e XX, mais especificamente em torno das dinâmicas sociais e culturais, de formas de desvio e de exclusão, da História da emigração, da História de género e da imprensa.



Fernando Pimenta

A Questão Autónómica no Arquipélago da Madeira durante o Governo de Marcelo Caetano (1968-1974)

Resumo: Esta comunicação coloca em perspectiva histórica o debate e as reivindicações autonomistas no Arquipélago da Madeira durante o governo de Marcelo Caetano (1968-1974), tendo em particular consideração os seguintes aspectos: a) o papel do jornal *Comércio do Funchal*, semanário oposicionista favorável à democratização do país e à revisão do estatuto administrativo do Distrito Autónomo do Funchal, no sentido da atribuição de mais poderes aos órgãos administrativos distritais/regionais, inclusivamente no plano financeiro, bem como do direito das populações insulares de escolherem os seus representantes; b) os conteúdos e o significado político da carta escrita por um grupo de democratas madeirenses ao então Governador Civil do Funchal, em Abril de 1969, pedindo quer a reformulação política das instituições políticas vigentes, tendo em vista a sua democratização, quer a reforma do estatuto de autonomia, no sentido da constituição de uma região autónoma dotada de estruturas de participação política democrática; c) a posição em relação à questão autónómica assumida pela Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM), que concorreu às eleições para a Assembleia Nacional de 26 de Outubro de 1969; d) o debate sobre a questão autónómica no seio das estruturas locais da União Nacional/Associação Nacional Popular (UN/ANP) no contexto da revisão constitucional de 1971.

Nota Biográfica: doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2007), é atualmente Professor da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira. É Investigador Auxiliar e Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, na Região Autónoma da Madeira. É autor de vários livros, ensaios e artigos nas áreas da História de Portugal, da História Colonial e da História Insular, em especial da Madeira, entre os quais as obras *Storia Politica del Portogallo Contemporaneo, 1800-2000* (Firenze: Le Monnier – Mondadori Education, 2011), *Angola. Os Brancos e a Independência* (Porto: Edições Afrontamento, 2016, 2.ª edição) e, em co-autoria com Luís Reis Torgal e Carlos Cordeiro, *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira, das origens ao debate constituional* (Lisboa: Assembleia da República, 2019). Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios, nomeadamente com o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009) e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares (2018), este último conferido pela Assembleia da República Portuguesa.



Paulo Miguel Rodrigues

Região Autónoma da Madeira (1976-1982): reivindicações, imposições, tensões e relações insulares. Da actualidade de temas e problemas

Resumo: A definição do estatuto constitucional das Regiões Autónomas (em Abril de 1976) foi o culminar de dois anos muito intensos, marcados (e influenciados) por múltiplos factores, tanto nos dois arquipélagos, como no continente (e até na península ibérica), os quais, pela sua correlação, permitiram que - de forma inédita - se comesçassem a concretizar aquelas que já eram reconhecidas como aspirações seculares dos povos madeirense e açoriano (ainda que, não obstante o contexto de liberdade e democracia, com vários obstáculos, diversas contrariedades e aquém do pretendido).

Mais: aquilo que passou a existir em 1976 era, apesar de tudo, tão só uma Autonomia fundada e instituída, que a partir de então rapidamente se percebeu - impondo-se aos autonomistas - que teria de (continuar a) ser conquistada, para assim se poder construir, consolidar e fortalecer.

A primeira fase desse processo de construção decorre entre 1976 e 1982, tendo como referências: inicial, o estabelecimento, as atribuições e a implementação dos órgãos legislativo e executivo próprios; e final, a 1ª Revisão Constitucional e aquilo que dela decorreu, com reflexos no sistema político - e autonómico, em particular.

É neste quadro que analisamos a realidade madeirense, dando relevo ao seu devir histórico e às suas idiossincrasias (de carácter político-institucional, económico e social), mas sem esquecer as relações próximas (e interesses afins) que se estabeleceram com os Açores, que fomentaram desde logo momentos de verdadeira *frente insular*, junto dos órgãos de soberania, mas também fizeram emergir algumas tensões.

Por outro lado, estão em causa anos de intenso debate público, fortemente discursivo, com vincado cariz político-ideológico e doutrinário, sobre o futuro da Região Autónoma e da Autonomia desejada, durante os quais se colocaram questões que sendo prementes à época (desde as relações de poder aos factores de desenvolvimento social, passando pela Autonomia financeira ou pelos problemas de mobilidade e transporte), ainda hoje, passados 50 anos, persistem - aparentemente insolúveis ou até ao presente insuperáveis. Mas contribuindo - pela constância - para uma oscilação entre momentos de aproximação a uma Autonomia *verdadeira* (pretendida) ou de conformação com uma Autonomia que se vê *tutelada* ou *vigiada* (malquistada), sendo esta existente (assegurada?) pelos termos da Autonomia *constitucional* vigente, que a reconhecendo como *necessária*, tem dificuldade em perceber que aquela é por vocação *cooperativa*, quando *progressiva*.

Nota Biográfica: É licenciado em História; Mestre e Doutor em História Contemporânea, pelas Universidades de Lisboa e da Madeira. É, actualmente, Professor Associado na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira.



Coordenador-científico do CIERL (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da UMa) de que foi fundador (2007). Investigador Integrado do Centro História, Territórios e Comunidades (da Nova - FCSH) e colaborador no Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (da U. Coimbra).

Foi Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades, entre 2013 e 2016, assim como Director de vários cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

É autor e editor de livros de História e Cultura contemporâneas, com particular incidência sobre os temas da Autonomia e da realidade política e institucional madeirense, durante os séculos XIX e XX.

Tem vários livros publicados; assim como dezenas de artigos e textos, em revistas académicas ou de divulgação, em obras colectivas, em capítulos de livros e em Actas de Congressos (nacionais e internacionais). A sua produção historiográfica, para além dos tópicos referidos, também aborda questões que abrangem a inserção do Arquipélago da Madeira no quadro das Relações Internacionais e Externas de Portugal e da História da sua Diplomacia. Publicou recentemente (2026) o livro *Regiões Autónomas*, integrado na coleção «Ensaio» da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS).



Lino Bernardo Martins

Conquistas e desafios da autonomia madeirense

Resumo: A institucionalização da autonomia política dos Açores e da Madeira é fruto de um longo processo histórico. A passagem do estatuto de ilhas adjacentes e distritos, sob um modelo centralista, a regiões autónomas, num regime democrático, decorre da acção construtiva de diversos intervenientes (cidadãos, periódicos, movimentos, partidos), antes e depois do "25 de Abril" de 1974. Com a "Revolução dos Cravos", e a partir de 1976, foi iniciada a materialização do projecto autonómico, o qual conheceu, ainda, uma reacção independentista, originando um período de confrontos ideológicos e físicos.

A concretização da autonomia política trouxe ganhos decisivos para as populações insulares, designadamente a criação das instituições regionais, o poder legislativo, a administração dos impostos e bens, a par de benefícios sociais e do progresso económico e cultural, ampliados com a integração de Portugal na UE. Estas conquistas integram-se numa caminhada dinâmica e reivindicativa, em prol do alargamento das prerrogativas autonómicas.

Desta sorte, colocaram-se sempre desafios, na senda da construção histórica da autonomia, aos quais se acrescentam, actualmente, novas aspirações.

Os contributos para a edificação autonómica passam pelas revisões da Constituição da República Portuguesa e dos Estatutos Político-Administrativos dos Açores e da Madeira, plasmando alterações institucionais, financeiras e eleitorais.

O percurso das autonomias tem conhecido, historicamente, passos construtivos, que, hodiernamente, exigem o seu reforço, como a reivindicação, o diálogo e a formação cívica, visando o aprofundamento autonómico.

A construção das autonomias insulares integra o património histórico nacional, implicando a sua permanente consolidação. Trata-se de uma causa comum, que deve motivar a conjugação de vontades e a concertação de esforços das populações e dos órgãos de governo próprios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, embora no respeito pelas suas especificidades.

Nota Biográfica: É doutor em Ilhas Atlânticas - História, Património e Quadro Jurídico-Institucional, pela Universidade de Madeira (2023); mestre em Estudos Regionais e Locais pela Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (2016); licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1983).

Autor da obra "*O 25 de Abril na Madeira: Tensões sociais e políticas em 1974-75, à luz da imprensa regional*", publicado em 2024; autor do livro "*O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular*", editado em 2017; coordenador da publicação "*Machico, a sua história e a sua gente*", dado à estampa em 1978.



Entre outras funções profissionais e públicas, foi professor, presidente da Junta de Freguesia de Machico, presidente da Câmara Municipal de Machico e deputado da Assembleia Legislativa da Madeira.

Ganhou o “Prémio Emanuel Rodrigues”, em 2025, atribuído pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Investigador de História e prelector em diversas conferências, debates e congressos sobre as temáticas do “25 de Abril” e da Autonomia Regional.



27 de outubro de 2026 (Auditório Norte da Universidade dos Açores) - Manhã

Paulo Fontes

Os Açores entre a autonomia política e a integração europeia: o percurso dos últimos 50 anos e os desafios futuros

Resumo: O arquipélago dos Açores, situado no coração do Atlântico, tem historicamente articulado relações com múltiplos espaços, destacando-se os laços precoces com as Américas — ainda antes da formação dos atuais Estados Unidos e Canadá — e, paralelamente, com a Europa, África e outras ilhas atlânticas. Nos últimos tempos, sobressai o percurso de integração europeia, que se entrelaça com o fortalecimento do seu estatuto de autonomia político-administrativa desde 1976. A partir de uma revisão bibliográfica crítica e de uma análise qualitativa e hermenêutica, este trabalho explora a trajetória paralela da autonomia e da integração europeia na Região Autónoma dos Açores. Refletimos sobre como esse duplo movimento tem potencializado o desenvolvimento interno e projetado o arquipélago como ator estratégico nas dinâmicas transatlânticas contemporâneas. Num mundo pós-Guerra Fria, onde se redesenham os eixos da segurança e da ciência no Atlântico, argumentamos que os Açores assumem uma nova centralidade na política internacional. Essa centralidade emerge da sua capacidade de articular autonomia regional com os mecanismos da integração europeia, constituindo-se como uma plataforma relevante entre continentes.

Nota Biográfica: Paulo Vitorino Fontes é doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (*summa cum laude*) pela Universidade de Évora em 2016. Licenciado em sociologia pela Universidade dos Açores em 2000, concluiu o mestrado em sociologia pela mesma Universidade em 2012.

Autor e participante de projetos de intervenção com grupos de maior vulnerabilidade e exclusão social. Exerceu funções de coordenação na Novo Dia – Associação para a Inclusão Social de 2002 a 2022. Foi Diretor Regional da Solidariedade Social do XII Governo Regional dos Açores (2018-2019).

As suas áreas de investigação incidem sobre Ciência Política, Relações Internacionais, Filosofia Social e Política e Estudos Europeus, abordando temas mais gerais, desde a teoria crítica da política internacional, dos Direitos Humanos até aos mais específicos, relativos aos Açores, às relações transatlânticas e à integração e política europeia.

É Professor Auxiliar de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, sendo diretor do Doutoramento em Teoria Política, Relações Internacionais e Direitos Humanos. É membro integrado do Centro de Estudos Humanísticos (CEHu-UAc) e membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP-UE). Ao nível internacional colabora com o Núcleo de Estudos em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte (NEVIDA-UFG) e é pesquisador do Núcleo de Estudos Frankfurtianos (UFJ).



Rui Medeiros

A gestão do mar dos Açores como laboratório para avaliar a evolução da autonomia e a sua encruzilhada atual

Resumo: A gestão do mar dos Açores é um assunto muito relevante para a Região. Mas é também um bom laboratório para observar a evolução da autonomia e para procurar extrair algumas lições sobre os obstáculos que permanecem à afirmação da autonomia. Por outro lado, 50 anos volvidos, o tema da gestão do mar dos Açores, que continua por resolver, obriga também a refletir sobre o futuro e sobre como se pode ultrapassar a situação atual.

Nota Biográfica: Professor Catedrático na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde foi Diretor da Faculdade entre 2002 e 2005 e Diretor do Católica Research Centre for the Future of Law em 2013 e entre 2015 e 2018. Sócio da Sérvulo & Associados desde a sua fundação.

Autor de um vasto conjunto de livros e artigos. Tem participado em várias comissões legislativas. Foi Ministro da Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional (outubro-novembro 2015).



Paulo Linhares Dias

As Regiões Autónomas na Jurisprudência do Tribunal de Constitucional nos 50 anos da CRP

Resumo: Com a presente intervenção pretende-se analisar o papel da jurisprudência constitucional na conformação da problemática partilha de poderes entre os órgãos de soberania do Estado e as Regiões Autónomas instituídas na Constituição da República Portuguesa de 1976. Analisa-se assim a jurisprudência constitucional em matéria de partilha do poder legislativo (núcleo da autonomia político-administrativa), dos poderes administrativos e da gestão dos bens dominiais públicos e do mar territorial das Regiões Autónomas.

Nota Biográfica: Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde exerce as funções de Professor Auxiliar Convidado na secção de Ciências Jurídico Políticas. Investigador integrado do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra e investigador visitante do Observatorio Internacional da Regulación das Entidades do Sector Público (OIRESP) da Universidade de Santiago de Compostela. Advogado e árbitro em matéria de contratação pública e empreitadas de obras públicas.



Carlos Pacheco Amaral

Com olhos de ver: Urgência de revisão da Constituição para cumprimento da autonomia

Resumo: A comunicação adopta uma dupla perspectiva: teórica, de exploração conceptual e análise crítica, e prática, propondo-se disponibilizar contributos concretos para o exercício de revisão constitucional que se aproxima, no que à autonomia regional se reporta.

Um primeiro momento é dedicado à identificação das formas de Estado a que a modernidade Ocidental nos habituou e, nelas, aos lugares reservados a conceitos nucleares como os de soberania, autonomia, Estado unitário, e Estado Regional.

A partir deste exercício, num segundo momento, são apresentadas algumas propostas de melhoramento do ordenamento constitucional português no que diz respeito às autonomias regionais. Numa dimensão externa torna-se necessário, a nível nacional, proceder à identificação correcta da forma que as autonomias regionais dos Açores e da Madeira imprimem de facto ao Estado português, bem como à revisitação do modelo vigente de distribuição de competências. Numa dimensão interna, aponta-se para a urgência de reconfiguração da organização política interna da Região, e para um duplo imperativo. Por um lado, de dispor dos recursos adequados ao cumprimento da missão política que, em autonomia e, muito em particular num quadro de integração europeia, ela é chamada a cumprir. Por outro lado, para a adequação da estrutura regional de poder às exigências de governação multinível colocadas pelo mundo contemporâneo, começando pela cooperação e articulação dos níveis regional, nacional, europeu e internacional.

Nota Biográfica: Licenciado em Filosofia pelo Amherst College, Mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, ambos nos Estados Unidos, e Doutoramento em Filosofia pela Universidade dos Açores, é professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da academia açoriana, detendo uma Cátedra Jean Monnet atribuída pela Comissão Europeia. É membro do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores e do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS 20, da Universidade de Coimbra, e integra igualmente o Grupo de Peritos Independentes do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, em representação de Portugal. As suas actividades de investigação e de produção científicas, ao nível da docência, da prestação de serviços à comunidade e de publicações, desenvolvem-se na região, no país e no estrangeiro, na confluência dos domínios da Filosofia Política, dos Estudos Europeus e das Relações Internacionais. De entre as suas publicações, destacam-se os trabalhos dedicados aos temas da Filosofia do Estado, da autonomia política regional, da cidadania, da democracia e da construção europeia.



António Rafael Amaro

Autonomia, território e unidade do Estado: os dois caminhos regionais da Constituição de 1976

Resumo: A Constituição de 1976 introduziu uma nova conceção na relação entre território, descentralização e unidade do Estado, admitindo que a democratização da organização territorial não exigia soluções político-administrativas uniformes. Nesse quadro, consagrou dois modelos distintos de organização regional: as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e as regiões administrativas do Continente. Embora ambas integrassem o projeto constitucional de democratização e descentralização do Estado português, a sua fundamentação política, a sua natureza institucional e as condições da sua concretização eram e permanecem profundamente diferentes.

Partindo dos debates da Assembleia Constituinte, esta comunicação procura demonstrar que os destinos divergentes dos dois modelos — cinquenta anos de autonomia político-administrativa nos arquipélagos e a não instituição das regiões administrativas no Continente — encontram uma parte importante da sua explicação no próprio processo constituinte. A autonomia dos Açores e da Madeira reuniu um amplo consenso político, sustentado pelas especificidades geográficas, económicas e sociais dos arquipélagos, pelas históricas aspirações autonomistas das populações insulares e pelas circunstâncias políticas do processo revolucionário. A regionalização do Continente, pelo contrário, revelou, desde o início, divergências quanto à sua necessidade, à sua configuração territorial, às competências e à articulação com os municípios e com o poder central.

A análise dos debates constituintes permite, assim, identificar duas legitimidades territoriais distintas inscritas na Constituição: uma autonomia insular, entendida como resposta política necessária às especificidades dos arquipélagos, e uma regionalização continental constitucionalmente prevista, mas cuja concretização ficou dependente da construção de consensos políticos posteriores. As sucessivas revisões constitucionais, culminando na revisão de 1997 e na exigência de consulta direta aos cidadãos para a instituição concreta das regiões administrativas, acentuariam essa diferença. Nesta perspetiva, os diferentes destinos da autonomia insular e da regionalização continental não constituem apenas o resultado de acontecimentos posteriores a 1976: estavam, em grande medida, inscritos nos diferentes consensos políticos que lhes deram origem na Assembleia Constituinte.

Nota Biográfica: António Rafael Amaro é professor associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde coordena o núcleo de História Económica e Social. As suas investigações e respetivas publicações são na área da História Económica e Social Contemporânea, nomeadamente sobre a economia política do território, reformas



político-administrativas, movimentos regionalistas e história das finanças públicas. Entre os principais trabalhos com ligação ao tema da conferência, destacam-se:

- Amaro, António Rafael, «Economia Política do Território no Estado Novo: das Províncias às Regiões-Plano», in Amaro, António Rafael e Rodrigues, João (coord.) *Economia Política com Raízes: ensaios na esteira de José Reis*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2026;
- Amaro, António Rafael, Corporativismo e Representação Política das Autarquias em Portugal Durante o Estado Novo (1936-1959), in Luciano Aronne de Abreu e Paula Borges Santos (org.), *A Era do Corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*, (pp. 275-305). Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017.
- Amaro, António Rafael, «O Estado, o Interesse Nacional e o Poder de Pressão das Elites Regionais: a institucionalização da região vinícola do Dão, 1907-1910», *Ler História*, 70, (pp. 121-139). ISCTE-IUL, 2017.
- Amaro, António Rafael, «O Estado Novo e a Reforma Político-Administrativa: Corporativismo e Representação Política das Autarquias (1936-1959)», in Fátima M. Ferreira; Francisco A. Mendes e Jorge Torres (Coord.), *Organizar o País de Alto a Baixo: Políticas de Edificação Corporativa no Estado Novo Português*, (pp. 89-103). Coimbra, Edições Tecnacitas, 2016.
- Amaro, António Rafael, «O modelo político-administrativo do Estado Novo português: corporativismo e representação política das autarquias (1936-1959)», *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V Historia Contemporânea, 27 (pp. 85-106), Salamanca-UNED, 2015.
- Amaro, António Rafael, «Centralismo, Municipalismo e Regionalismo: dinâmica(s) e sentido(s) político(s) das manifestações regionalistas durante a I República», in Maria Fernanda Rollo (coord.), *Congresso Internacional I República e Republicanismo* (pp. 67-73), Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2012.
- Amaro, António Rafael, «A Primeira Reforma Político-Administrativa do Estado Novo: a Experiência Fracassada da Divisão do Continente em Províncias (1936 - 1959)», in Álvaro Garrido, Luís Duarte e Leonor Costa (coord.), *Economia, Instituições e Império – Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, (pp. 101 – 122). Coimbra, Almedina, 2012.
- Amaro, António Rafael, «As manifestações regionalistas em Portugal durante a I República e no início do Estado Novo (1910-1939)», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, (pp. 399-418). Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Universidade de Coimbra, 2006.



Mário Fortuna

Autonomia Política e Sustentabilidade Económica: condições de convergência sustentável na Região Autónoma dos Açores

Resumo: A autonomia política, enquanto modelo de descentralização, é frequentemente defendida como instrumento para adequar políticas públicas às particularidades territoriais. Em regiões insulares, tais particularidades tendem a incluir custos de transporte elevados, dependência logística e energética, menor escala de mercado e maior exposição a choques externos (preços, procura turística, condições climáticas, etc.). Estas características permanentes foram reconhecidas quer a nível nacional quer a nível europeu através do conceito de ultraperiferia consagrado no artigo 349º do Tratado da UE.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as condições sob as quais a autonomia política pode ser considerada próxima — ou sinónimo funcional — da sustentabilidade económica. Para tal, propõe-se um argumento em quatro eixos: (1) governação e capacidade institucional; (2) sustentabilidade orçamental e financeira das políticas; (3) produtividade e transformação de investimento em resultados; (4) resiliência estrutural da insularidade e coerência institucional no quadro nacional e UE.

Numa perspetiva aplicada o trabalho analisa a relação entre autonomia política e sustentabilidade económica na Região Autónoma dos Açores.

Defende-se que a autonomia política apenas se aproxima de um “sinónimo funcional” de sustentabilidade quando implica um conjunto de capacidades: (i) capacidade institucional e administrativa para transformar competências em políticas eficazes; (ii) autonomia financeira com disciplina e previsibilidade; (iii) eficiência na conversão de recursos (incluindo fundos europeus) em produtividade e capital humano; (iv) redução da vulnerabilidade estrutural da insularidade; e (v) compatibilização institucional com o quadro nacional e europeu, preservando estabilidade de regras e credibilidade política.

Argumenta-se que, nos Açores, a sustentabilidade económica é mais plausível quando a autonomia opera como mecanismo de resiliência e eficácia do investimento e não apenas como liberdade decisória formal.

Nota Biográfica: Mário José Amaral Fortuna, Professor Catedrático Jubilado da Universidade dos Açores, desde janeiro de 2026, assumiu a categoria de professor catedrático em 2004, depois de ingressar na Universidade dos Açores como professor auxiliar em 1983.

É doutorado em Economia pelo Boston College, nos Estados Unidos em 1983 e Mestre em Economia pela mesma instituição em 1981, depois de se licenciar em Economia pela U.Mass. Dartmouth, nos Estados Unidos, em 1978.

No ensino, ao longo da sua carreira, leciona nas áreas de Economia do Sector Público, Políticas Públicas, Econometria, Finanças Empresariais e Teoria Económica.



Tem várias publicações sobre os Açores, incluindo temas como a ultraperiferia, as finanças públicas regionais, programas de apoio ao rendimento, modelos económicos de equilíbrio geral e o turismo.

Fora do meio académico foi Secretário Regional da Economia em 1990. Foi Presidente do Secretariado Regional dos Açores da Ordem dos Economistas. Participou, como perito de assuntos fiscais e regionais em duas missões do FMI à Mongólia, em 2001, e uma à China, em 2002. Foi, entre 2009 e 2015, Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.



Gualter Furtado

Os Grandes Desafios que se colocam à Autonomia Constitucional e Democrática dos Açores

Resumo: Breve resenha histórica do processo Autonómico dos Açores, com especial referência ao ano de 1976 pelo significado que teve, designadamente com a aprovação da Constituição da República Portuguesa, instalação da Assembleia Regional dos Açores e entrada em funções do primeiro Governo da Região Autónoma dos Açores.

A Autonomia dos Açores enfrentou ao longo destes 50 anos diversos desafios estruturais quanto ao seu financiamento, tendo o primeiro acontecido nos finais dos anos 80 do séc passado, com o fim das receitas provenientes do acordo da Base das Lajes, a que se seguiu um novo ciclo com a adesão de Portugal e dos Açores à Comunidade Económica Europeia/União Europeia, com consequências profundas no próprio modelo de desenvolvimento dos Açores, que trouxe melhorias significativas em termos de economia de bem estar para os residentes da RAA, mas não resolveu o problema da sustentabilidade da própria Autonomia Constitucional e Democrática dos Açores, agravando-se os níveis de dependência, bem expresso na insuficiência das receitas próprias para cobrir as necessidades de financiamento da RAA, inclusivamente das despesas de funcionamento. Situação que foi mitigada com a aprovação da primeira Lei de Finanças Regionais, mas tem vindo a agravar-se desde a sua revisão de 2013, neste contexto, importa repensar o nosso modelo de desenvolvimento e o relacionamento financeiro entre o Estado Português e a Região Autónoma dos Açores, sob pena de se agravarem os níveis de dependência existentes e aumentar sobremaneira o endividamento da RAA.

Nesta realidade, darei um contributo para que no meu entendimento sejam claramente identificados os principais Desafios que temos de enfrentar para garantirmos a sustentabilidade da nossa Autonomia Constitucional e Democrática dos Açores.

Nota Biográfica: ex-Docente do Instituto Superior de Economia e atual ISEG, e ex Docente do Instituto Universitário dos Açores e atual Universidade dos Açores, Diretor Bancário e Administrador de várias Instituições Bancárias, que nunca foram intervencionadas e muito menos resolvidas pelas autoridades de supervisão bancária, Fui Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública de 2 Governos da Região Autónoma dos Açores, ex membro do Conselho Consultivo do Banco de Portugal, Membro do Grupo de Trabalho que apresentou a proposta da primeira Lei das Finanças Regionais entre o Estado Português e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Ex Vice Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Primeiro Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores, Presidente do Grupo de Trabalho que apresentou a Proposta de Desenvolvimento Estratégico para a Universidade dos Açores, 2026-2032.



João Teixeira

Os desafios da convergência económica e social dos Açores

Resumo: A convergência económica e social da Região Autónoma dos Açores com o país e com a União Europeia deve constituir um desígnio central dos açorianos. Enquanto região ultraperiférica, os Açores enfrentam constrangimentos estruturais decorrentes da insularidade, dispersão geográfica, reduzida dimensão dos mercados, dependência de transportes marítimos e aéreos e custos acrescidos de contexto. Estes fatores limitam a produtividade, a competitividade empresarial, o acesso a serviços especializados e as oportunidades de emprego qualificado, contribuindo para diferenças persistentes face às médias nacional e europeia em rendimento, qualificações, inovação e capacidade económica.

Esta apresentação analisa os principais obstáculos e oportunidades para uma convergência sustentável. Defende-se que a redução das assimetrias não pode depender apenas de transferências públicas ou de mecanismos de compensação da ultraperiferia. Requer uma estratégia integrada centrada no investimento em capital humano, na retenção e atração de talento, na melhoria da conectividade física e digital, na diversificação da economia e no reforço da inovação.

A valorização dos recursos endógenos e a inteligência artificial pode desempenhar um papel decisivo. Áreas como a economia azul, as energias renováveis, a agricultura e pecuária de maior valor acrescentado, o turismo sustentável, a biotecnologia e os serviços digitais oferecem oportunidades de especialização inteligente, desde que articuladas com investigação, formação, financiamento e capacidade institucional.

A convergência deve, contudo, ser entendida para além do PIB per capita. Inclui qualidade do emprego, acesso à habitação, redução da pobreza, igualdade de oportunidades entre ilhas, disponibilidade de serviços de saúde e educação e participação das comunidades nas decisões de desenvolvimento. Conclui-se que uma trajetória de convergência duradoura exige políticas territorialmente diferenciadas, assentes em finanças públicas equilibradas, capazes de responder à heterogeneidade interinsular e de transformar os constrangimentos da ultraperiferia em vantagens assentes no conhecimento, sustentabilidade e coesão social.

Nota Biográfica: João Teixeira é doutorado e mestre em Finanças pela Lancaster University, no Reino Unido, mestre em Gestão de Empresas (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa e licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores.

É Professor Auxiliar de Finanças na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, onde desempenha as funções de Presidente da Faculdade e, por inerência, de Presidente dos Conselhos Científico e Pedagógico. Nesta Faculdade, já desempenhou as funções de Vice-Presidente, diretor do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais,



diretor das licenciaturas em Economia e em Gestão e diretor das pós-graduações em Dinâmicas de Inovação e em Economia para os Media.

Ainda na Universidade dos Açores já desempenhou as funções de Provedor do Estudante. É um dos dois representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social (CES) e, por inerência, membro efetivo do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA). Foi relator de três pareceres do CES, designadamente sobre a Conta Geral de Estado de 2022 e as Propostas de Orçamento de Estado para 2025 e para 2026.

Preside à Comissão Especial de Acompanhamento do processo de privatização da Azores Airlines e da Sata Handling. É o 1.º Vice-Presidente do Conselho Consultivo do novobanco dos Açores. Foi membro do júri de economia do prémio José da Silva Lopes, do Banco de Portugal, para a melhor dissertação sobre a economia portuguesa. Foi o representante da Universidade dos Açores no Conselho Consultivo da ANA Aeroportos. Foi membro do Conselho de Cooperação Estratégica do Nonagon.



Ricardo Serrão Santos

Jogos de Mar: autonomia, soberania e o «mar dos Açores»

Resumo: Desde a institucionalização da autonomia constitucional, o mar ocupa uma posição singular na definição política e jurídica dos Açores. O Estatuto Político-Administrativo de 1980 afirmava que a Região abrangia «o mar circundante e seus fundos», definidos como águas territoriais e Zona Económica Exclusiva, formulação depois substituída pela referência às águas interiores, ao mar territorial e à plataforma continental contíguos ao arquipélago. Esta evolução enquadra uma questão persistente: que poderes cabem aos órgãos de governo próprio nos espaços marítimos adjacentes aos Açores?

A comunicação revisita episódios deste jogo de competências entre a Região e a República, das sucessivas revisões do Estatuto às controvérsias sobre recursos, ordenamento marítimo e domínio público. Particular atenção será dada aos conceitos de gestão conjunta e gestão partilhada, bem como à distinção entre essa esfera de gestão e as competências próprias da Região em matéria ambiental. O Parque Marinho dos Açores e a MARNA ilustram a complexidade jurídica do mar além das 200 milhas, onde se sobrepõem diferentes regimes de jurisdição, conservação e governação.

Na segunda parte, a comunicação interroga o significado económico do mar. À economia contabilizada contrapõe o valor ainda insuficientemente reconhecido dos serviços dos ecossistemas marinhos. Analisa também a construção, ao longo de décadas, de um cluster do mar no Faial, assente na Universidade dos Açores, Escola do Mar, MARTEC e navios de investigação, culminando no N/I Azores Ocean, sendo os dois últimos concretizados através da oportunidade financeira proporcionada pelo PRR.

Finalmente, questiona-se a associação recorrente entre fundos marinhos e «riqueza»: ocorrências minerais não equivalem a reservas economicamente exploráveis. A questão deixa, assim, de ser apenas quem governa o «mar dos Açores», para incluir para quê, em benefício de quem e segundo que conceito de riqueza.

Nota Biográfica: Ricardo Serrão Santos [11 de outubro de 1954]. É cientista do oceano, tendo também exercido funções políticas e governamentais. Sou licenciado em Psicologia Clínica, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pós-graduado em Etologia, PhD em Biologia Ambiental e Evolutiva pela Universidade de Liverpool e Doutor em Ecologia/Biologia pela Universidade dos Açores. É membro honorário do Instituto OKEANOS da Universidade dos Açores, junto da qual exerci funções de director e de pró-reitor. A sua investigação centra-se na biodiversidade, na conservação e na gestão de ecossistemas arquipelágicos, de oceano aberto e de mar profundo. Sou autor de mais de 400 publicações, entre as quais cerca de 250 indexadas na Web of Knowledge (índice h: 60). Integrou o Executive Planning Group que apoiou o desenvolvimento da Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável. Participou, e participa, em numerosos outros painéis internacionais. É membro do Conselho de Consultores da BlueBio Alliance (Portugal), membro do Comité Éthique en Commun



(IFREMER, IRD, CIRAD, INRAE), Paris e co-presidente do Conselho Científico do IPOS para a Global Deep-Sea Consultation. É vice-presidente da Assembleia Geral da WWF-Portugal. Foi deputado ao Parlamento Europeu entre 2014 e 2019 e Ministro do Mar de Portugal entre 2019 e 2022 (XXII Governo de Portugal). É membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, membro emérito da Academia da Marinha, membro da American Association for the Advancement of Science e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa.



27 de setembro de 2026 (Aula Magna da Universidade dos Açores) - Tarde

Ana Cristina Gil

Da identidade à autonomia: a cultura e a construção do projeto autonómico açoriano

Resumo: “Não se é impunemente *Ilha*”, disse Eduardo Lourenço na VIII Semana de Estudos dos Açores, em 1987. Na verdade, é natural que as ilhas, por serem caracterizadas pela distância em relação ao espaço continental, desenvolvam modos particulares de ser, de estar, de viver. Assim acontece com os Açores. A identidade deste arquipélago foi-se construindo por diferença em relação ao resto do país e foi-se consolidando em aspetos diversos como a vivência do território e do clima, as variações dialetais, a história, as tradições religiosas, as manifestações artísticas, a experiência da emigração.

A identidade cultural açoriana é, portanto, muito anterior à autonomia política e administrativa do arquipélago. Forjada ao longo dos últimos séculos, é no século XX que esta identidade começa a ser teorizada de modo mais sistemático, através do pensamento de autores como Vitorino Nemésio, que cria o conceito de “açorianidade” em 1932, Luís da Silva Ribeiro, José Agostinho, Francisco Maduro-Dias, António Machado Pires e Onésimo Teotónio Almeida, entre outros.

Esta comunicação pretende mostrar como a cultura foi – e continua a ser – um fator fundamental de afirmação identitária dos Açores, sendo um pilar da construção do projeto autonómico açoriano. Procurar-se-á mapear a evolução deste processo, identificando a consolidação da *diferença* cultural dos Açores antes do estabelecimento da autonomia, e far-se-á a identificação do percurso cultural efetuado após a consolidação da autonomia, em 1976, nomeadamente em termos de criação de políticas culturais da região, que contribuíram de modo determinante para a afirmação identitária e para a coesão regional.

Nota Biográfica: É professora associada da área de Cultura Portuguesa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, investigadora integrada no CHAM - Centro de Humanidades–NOVA–UAc e colaboradora do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão.

Dedica-se ao estudo de identidades, quer nacionais, quer regionais, a partir da perspetiva da cultura e da literatura. Nos últimos anos, a sua investigação (publicações, conferências, organização de congressos, etc.) tem incidido também sobre os Estudos Insulares. Publicou *A identidade nacional na literatura portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*, e, com Vasco Rosa, os volumes *Mês sem sono. Reportagem da visita dos continentais aos Açores na primavera de 1924*, de Armando Boaventura, e *Mês de sonho. Conspecto de etnografia açórica*, de Leite de Vasconcelos. Em 2014, ganhou o Prémio Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão com o ensaio «Diferentes perspetivas sobre a identidade nacional: o caso português».



José Eduardo Franco

A construção da Autonomia identitária. O caso dos Açores e da Madeira

Resumo: Um país que aspire à autodeterminação face a outros poderios dominantes, dos quais pretenda libertar-se, ou uma região que deseje alcançar um estatuto de autonomia governativa, mesmo que integrada num Estado tutelar, precisa de desenvolver, ao longo da sua história, o que denominamos uma Autonomia Identitária. Autonomia sem identidade é como construir uma casa sem alicerces.

A construção da identidade de um povo, tecida necessariamente na longa duração, oferece o lastro cultural e mental para fundamentar e legitimar aspirações autonómicas. A identidade é aquilo que nos torna singulares e nos distingue, em maior ou menor grau, dos outros, seja no plano individual, seja no plano coletivo. A identidade é o nosso “cartão de visita”, aquilo que nos identifica e que nos distingue. É, no fundo, aquilo com que nos apresentamos perante os outros para nos definirmos como pessoas individuais ou pessoas coletivas.

A identidade é uma tessitura complexa que engloba a afirmação da singularidade da nossa história individual ou coletiva, as suas realizações engrandecidas, habitualmente de modo hiperbólico, a definição das origens, sempre contadas de forma luminosa, e a projeção da nossa missão especial no mundo. É fundamentalmente o que decorre da definição de um autoconceito exacerbado, embora muitas vezes complementado, para reforço, pela visão dos outros sobre nós, quando positiva.

Nesta esteira, a nossa conferência pretende analisar os processos e estratégias discursivas de construção das identidades açoriana e madeirense no longo curso histórico da sedimentação das heranças culturais destes dois arquipélagos insulares. Procuraremos demonstrar em termos significativos de que modo identidade açoriana traduzida no conceito de açorianidade e a identidade madeirense plasmada no conceito de madeirensidade se tornaram alicerces relevantes para a fundamentação, a defesa e a afirmação dos projetos de autonomia política destas regiões autónomas insulares.

Nota Biográfica: Historiador. Investigador-Coordenador com equiparação a Professor Catedrático da Universidade Aberta, Diretor do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, Titular da Cátedra UNESCO de Estudos Globais/CIPSH e membro da Academia Portuguesa da História. Tem sido Professor-Visitador, entre outras, da Universidade de Paris II – Panthéon-Assas e da Universidade Federal de Sergipe. Coordena atualmente o programa de doutoramento em Estudos Globais na Universidade Aberta. Dirigiu, entre outros, com Pedro Calafate o projeto Vieira Global que levou à edição a *Obra Completa do Padre António Vieira* em 30 Vols. (Lisboa, Círculo de Leitores, 2013-2014). Da sua bibliografia livros podemos distinguir os seguintes livros: *O Mito de Portugal*, Lisboa,



FMMVAD/Roma Editora, 2000, e *O Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, Séculos XVI-XX*, 2 Vols., Lisboa, Gradiva, 2006-2007; *A Europa ao Espelho de Portugal: Ideia (s) de Europa na Cultura Portuguesa*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2020; *A inveja é o vício de Portugal: Caminhos para uma nova humanidade segundo Vieira*, Lisboa, Temas e Debates, 2026. Foi-lhe atribuída, em 2015, a Medalha de Mérito Cultural do Estado Português, o mais importante galardão atribuído pelo Governo Português, como reconhecimento dos serviços prestados à cultura e à Ciência. Doutor Honoris Causa pela Universidade de Paris – Panthéon-Assas em 2025.



UAc
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES



ALRAA

Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores



Fundação
de Ciência e
Tecnologia



GOVERNO
DOS AÇORES



Piedade Lalanda

Autonomia e identidade regional – a dinâmica da coesão.

Resumo: 50 anos de regime autonómico e seis séculos de presença humana nas ilhas açorianas. Mais do que um direito constitucional, a autonomia tem o rosto do povo destas nove ilhas. Um povo que aprendeu a explorar recursos, usando saberes e tecnologias trazidos do continente português. Forjado no isolamento e na distância, desenvolveu a arte de reaproveitar e conservar, enquadrou as alegrias e os medos nas práticas religiosas e manteve tradições. Mas, apesar desta idiossincrasia, construída durante séculos, a região era, até ao século XX, um “lugar de abastecimento”, porto de abrigo para embarcações (Fontes, P., 2022).

O mar, sempre o mar, define a condição regional. Pelo mar chegam gentes, mas também partem, outrora em caravelas e vapores, hoje em aviões. A região dependeu, durante séculos, do poder central, que mal conhecia as ilhas, designadas “adjacentes”. No século XIX (1836), foram criados três distritos, baseados na proximidade geográfica entre ilhas, à exceção das Flores e do Corvo.

O século XX marca uma viragem na relação entre insulares e continentais, quebrando o isolamento e reforçando o interconhecimento no arquipélago. A criação de uma companhia aérea regional (1941), da RTP-Açores (agosto 1975), da universidade (1976) e a primeira eleição dos órgãos de poder regional autonómico constitucional (setembro 1976) sedimentaram uma maior unidade regional, dando corpo a essa “açorianidade” sobre a qual muitos já haviam escrito.

Fica a questão: o que mudou em 50 anos de autonomia em termos do desenvolvimento socioeconómico? A publicação do Índice sintético de desenvolvimento regional (INE, 2024) mostra-nos uma região bem posicionada na qualidade ambiental, mas nos últimos lugares na competitividade e na coesão.

Interligar Autonomia, Cultura e Coesão implica reconhecer como, neste contexto (autonomia), a coesão é um processo, e não uma meta, em que a Cultura é uma forma de intervenção e afirmação identitária.

Nota Biográfica: é doutorada em Ciências Sociais/Sociologia, pela Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais e licenciada em Etnologia/Antropologia Cultural pela Université Paul Valéry - Montpellier – França.

Professora-Coordenadora na Escola Superior de Saúde (ESS)/Universidade dos Açores, onde leciona desde 1984, colaborou com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, como docente da licenciatura e do mestrado de Políticas sociais e Dinâmicas regionais. Entre 2019 e 2024 foi Presidente da Assembleia de ESS.

É membro do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da UAc, desde 2007.



Ocupou cargos de eleição política entre 2001 e 2014 (vereadora, deputada municipal, deputada regional e secretária regional).

Foi Diretora do Serviço Diocesano da Pastoral Social (2019-2024); é Presidente da Assembleia Geral da Associação Centro de Apoio à mulher, desde 2008.

Desde Novembro 2024, após eleição no Parlamento regional, ocupa o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores.

Tem várias publicações (artigos, capítulos de livros) sobre temáticas relacionadas com a Família, o Género e a Identidade. São da sua autoria os livros *Sentir a Ilha* (2010), edição de autor e *Encruzilhadas na Construção da identidade das mulheres* (2015), Edição da Imprensa de Ciências Sociais. Colabora periodicamente com o jornal Açoriano Oriental.



Fernando Diogo

Desafios e inquietações à volta do desenvolvimento dos Açores

Resumo: Discute-se a Autonomia Regional enquanto instrumento funcional ao serviço do desenvolvimento e da coesão social no arquipélago, rejeitando a sua concetualização como um fim em si mesma. A comunicação estrutura-se em três reflexões pessoais: em primeiro lugar, equaciona-se o significado da autonomia e o papel dos municípios e das associações de municípios nesta autonomia em articulação com a ideia de desenvolvimento; em segundo lugar, identificam-se os principais constrangimentos estruturais que afetam a região, designadamente nos domínios da educação, da saúde, da pobreza e do modelo económico-financeiro regional; por fim, apontam-se pistas de intervenção e cenários prospetivos orientados para a superação destes bloqueios e para a promoção do desenvolvimento.

Nota Biográfica: Concluiu o Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia do Desenvolvimento, pela Universidade dos Açores em 2004. É Professor Associado com Agregação na Universidade dos Açores. Tem desenvolvido o seu trabalho nas áreas da pobreza e, complementarmente, nas áreas da juventude e do trabalho. Na pobreza centra os seus esforços nas questões da relação com o trabalho, no RSI (em especial nos beneficiários) e na pobreza infantil; na juventude enfoca a transição escola-trabalho, a educação e a relação com o trabalho; As questões do trabalho estão centradas na relação com a pobreza e com a juventude, bem como com outros públicos (como as mulheres) e na questão da precariedade no emprego. Na Universidade dos Açores é diretor do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais; e diretor do Observatório de Juventude dos Açores (OJA). É ainda membro da Assembleia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e do seu Conselho Científico. Fora da Universidade foi membro do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA) e da Comissão Científica da Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza. É ainda ex-coordenador da Secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e faz parte do Grupo de Trabalho da EAPN sobre pobreza infantil.



Rolando Lalanda

Romper Barreiras, Ultrapassar Fronteiras: A Reconfiguração da Cultura e da Coesão Social nos 50 Anos da Autonomia Açoriana

Resumo: A celebração dos 50 anos da Autonomia Político-Administrativa dos Açores permite refletir sobre a construção de uma comunidade política regional desde 1976. Inspirada na “comunidade imaginada” de Benedict Anderson, esta reflexão analisa como a Autonomia consolidou uma identidade açoriana territorial, institucional e simbólica.

A criação da Assembleia Legislativa e do Governo Regional respondeu a défices históricos como analfabetismo, pobreza, isolamento e fraca participação cívica. Porém, a superação dessas barreiras não eliminou clivagens sociais, territoriais e culturais. A Autonomia deve, por isso, ser entendida como conquista institucional e processo histórico em construção. A história do arquipélago revela tensão entre abertura e confinamento. As elites locais beneficiaram de um Atlântico conectado, enquanto muitas camadas populares permaneceram limitadas pela ilha. Perante a escassez de oportunidades, a emigração para as Américas tornou-se via de mobilidade social e reconstrução identitária, numa “lógica eutópica” (Lalanda-Gonçalves). A “Décima Ilha” (Onésimo T. Almeida) exprime essa açorianidade transatlântica, cultural e afetiva.

Pensar as Regiões Autónomas “nos seus próprios termos”, como sugeriu Alberto Vieira, implica reconhecer a condição insular, a maritimidade e a relação entre ilhas. Esta perspetiva valoriza a diversidade interna da Região. O “mútuo reconhecimento”, inspirado em Axel Honneth, deve assegurar respeito, representação e equilíbrio entre ilhas, grupos sociais, instituições regionais e Estado.

No presente, a esfera pública açoriana enfrenta desafios distintos dos do período fundador da Autonomia. Às carências materiais somam-se formas de fragmentação social, mediática e digital. A hiperpolítica digital, com opiniões aceleradas e discursos polarizados, exige uma cidadania informada e participativa para continuar a romper Barreiras e ultrapassar Fronteiras.

Nota Biográfica: Rolando Lima Lalanda Gonçalves nasceu em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, Açores, em 1959. Licenciou-se (1981) e doutorou-se (1984) em Sociologia pela Universidade Paul Valéry, Montpellier III, sob a orientação do Professor Alex Mucchielli.

Em 1981 iniciou a sua atividade docente na Universidade dos Açores, onde se tornou em 2020 Professor Associado na área da Sociologia Económica, do Trabalho e das Organizações; aposentou-se em julho de 2025.

Ao longo do seu percurso académico desempenhou múltiplos cargos de gestão universitária, destacando-se os de Diretor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais (2011–2013), primeiro Diretor do Departamento de Sociologia (2016–



2018), Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu (2018–2022) e Presidente da Assembleia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2019–2023)

No plano político, integrou o IV e o V Governos da Região Autónoma dos Açores como Subsecretário Regional da Cooperação Externa (1988–1995) e foi Deputado à Assembleia da República (1995–1999).

Como investigador, é membro fundador do CICS.UAc, membro associado do CICSNOVA.UAc, e pertence a várias associações científicas. Integrou a direção e atuou como investigador responsável no Observatório da Juventude dos Açores.

Dos seus domínios de trabalho e interesses de investigação destacam-se as Metodologias Qualitativas, a Sociologia das Migrações e da Insularidade, da Comunicação, da Juventude, das Organizações e do Trabalho. É autor de artigos em revistas nacionais e internacionais, coordenador de livros científicos, e orientou diversas teses de Mestrado e de Doutoramento.



Luís Bastos

Educação, Autonomia Política e Desenvolvimento Sustentável – como estamos, que futuro?

Resumo: Volvido meio século de autonomia política e democracia na Região Autónoma dos Açores, domínios como o da educação convidam a um balanço necessário, onde as evidências de sucesso são bem patentes, mas, também, as de insucesso. Por isso, os caminhos percorridos merecem reflexão e análise cuidadas, como ponto de partida para a abertura a novas perspectivas e a reajustamentos de medidas de política, visando a construção de uns Açores economicamente mais coesos e socialmente mais justos.

Quando comparados com o resto do país, os indicadores sócio-económicos continuam, ano após ano, a causar-nos preocupação, com repercussões óbvias nos níveis de escolaridade da população, nas taxas de abandono escolar precoce, no insucesso escolar...

O debate público não deve restringir-se, como até aqui, aos problemas laborais, por mais importantes que estes se revelem para os profissionais que integram o sistema educativo. Hoje, urge que o debate se recentre no ensino, no conhecimento. Acreditar na educação e na investigação científica e tecnológica como motores do desenvolvimento social e económico é valorizar o conhecimento, potenciando-o, em todos os níveis de escolaridade obrigatória, quer na vertente curricular, quer junto dos seus principais agentes construtores/transmissores – os professores.

A descentralização de serviços, a desburocratização, o reforço da territorialização dos currículos e, conseqüentemente, o fortalecimento da autonomia das escolas são condições indispensáveis para que estas acompanhem os tempos de revolução tecnocientífica em que vivemos.

O modelo de gestão escolar em vigor navega no amadorismo, resiste imbuído por um “espírito de missão” e deixou de ser compaginável com os novos padrões de gestão e de organização científico-pedagógica que a sociedade do conhecimento exige.

Urge restabelecer a autoridade perdida de professores e dirigentes escolares, combater a desmotivação e o desinteresse, o facilitismo, a desresponsabilização de alunos e encarregados de educação, bem como a indisciplina perturbadora e desestabilizadora do normal funcionamento das nossas instituições de ensino.

Nota Biográfica: Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Mestre em Filosofia Contemporânea: valores e sociedade, pela Universidade dos Açores. Professor na Escola Preparatória Paulo da Gama, Amora, Seixal (1977-1979), no Liceu D. Pedro V, Lisboa (1979-1980), Escola Secundária Antero de Quental em Ponta Delgada (1980- 2020) e Professor convidado de filosofia na Universidade dos Açores (2002-2005).



Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pelo PSD (III e IV legislaturas – 1984-1988; 1988-1992); Director Regional da Administração Escolar, na Secretaria Regional da Educação e Cultura (1985-1988); Chefe do Gabinete da Presidência do Governo Regional dos Açores (1988 – 1989); Vereador na Câmara Municipal de Ponta Delgada (1989 – 1992); Membro do Conselho Nacional de Educação, eleito pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores (1990 – 1992); Director Regional do Emprego, Trabalho e Formação Profissional (1992 – 1996). Desde 2017, mantém o blogue pessoal azoreantorpor.wordpress.com, onde publica regularmente, e, desde 2023, convida outros colaboradores. É autor do livro: *João Bosco Mota Amaral – Fotobiografia*, Ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2021. É Associado da SEDES –Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. É membro do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores. Co-coordenador científico, com Susana Goulart Costa, do livro: *Autonomia dos Açores: 50 Anos de História*, Ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2026.



Fernanda Enes

A Autonomia e a Universidade (pensamento e ação de José Enes)

Resumo: Nesta minha comunicação, procedendo à análise hermenêutica de textos de José Enes sobre os Açores e à “memória” e registos da sua atuação concreta, abordarei a relação da reivindicação da Autonomia Político-administrativa e a Universidade nos seguintes vetores, entre si correlacionados.

São eles: a situação concreta dos Açores e a sua situação geopolítica; o papel do conhecimento racionalizante, e consequentemente da Universidade, no âmbito da fundamentação teórica da Autonomia; dinâmicas do processo de instalação da Universidade atinentes à satisfação daquele mesmo papel e ao descortinar do sentido e da função da centralidade da Região Autónoma dos Açores, no quadro da atlanticidade de Portugal, bem assim, da “salvaguarda da sociedade açoriana”.

Nota Biográfica: Licenciada em História; APCC em História Cultural e das Mentalidades; Doutorada em História das Ideias. Professora associada da FCSH/UNL em 2001. Aposentou-se em 2010.

Iniciou a carreira como assistente estagiária na UAc em 1981/82 tendo transitado para a FCSH/UNL em 1992/93 onde lecionou em diversas licenciaturas, pós-graduações e mestrados e orientou várias teses de Mestrado e de doutoramento.

- Organizou comités científicos: Colóquios Internacionais, Mesas Redondas e conferências nas áreas de investigação.

- Publicações: Livros – *As Visitas Pastorais da Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada – intr. e notas*, SREC/DRAC e DHFCS/UA, 1986; *Reforma Tridentina e Religião Vivida - Os Açores na Época Moderna*, Ponta Delgada, Signo, 1993; *Ideias Religiosas em História das Ideias – Aproximação à matriz civilizacional do Ocidente cristão*, Lisboa, CHC/UNL, 2003. Tese de doutoramento - *Liberalismo nos Açores (1800-1832): Religião e Política*, (policopiada) Lisboa, UNL, Colibri, 1994.

- Colaborou em obras coletivas, com destaque para: *Dicionário de História Religiosa em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001 (entradas: “Clero secular – de Trento a Pombal” e “Diocese de Angra”); *História dos Açores*, Angra do Heroísmo, IAC, 2008 (capítulos: “Novas formas de aprendizagem laica e religiosa” e “Liberalismo: ideias, acontecimentos, resultados”); *Dicionário das Grandes Figuras Europeias*, Coimbra, Almedina, 2021 (entrada: “Brugmans, Henri”).

- Publicou em Livros de Actas e Revistas Científicas dezenas de artigos.

- Coordenou publicações: Actas do Colóquio Internacional *Piedade Popular – sociabilidades, representações, espiritualidades* e o número especial da revista *Cultura – Ideias de Europa*, CHC/UNL, 2ª série, vol. XIX., 2004.



Susana Mira Leal

Conhecer, interpretar e antecipar – A razão de uma Universidade nos Açores

Resumo: A intervenção reflete sobre o papel da Universidade dos Açores no contexto dos 50 anos da autonomia político-administrativa da Região Autónoma dos Açores, defendendo que ambas as instituições partilham uma trajetória de afirmação, desenvolvimento e capacitação da sociedade açoriana. Partindo dos conceitos de conhecer, interpretar e antecipar, argumenta-se que a Universidade tem contribuído para consolidar e aprofundar a autonomia regional, não apenas pela formação de recursos humanos qualificados e pela produção de conhecimento científico, mas também por ajudar os Açores a compreender melhor a sua realidade, os seus recursos, vulnerabilidades e desafios. A autonomia é apresentada não apenas como capacidade de decisão política, mas também como capacidade de produzir e mobilizar conhecimento sobre o território e a sociedade.

A comunicação destaca assim o papel da Universidade na interpretação da complexidade arquipelágica, na valorização da diversidade e especificidade das diferentes ilhas e no reforço da coesão regional, bem como na preparação dos Açores para os desafios do futuro, desde as transformações demográficas, até à inovação económica, às alterações climáticas, à transição digital, à gestão sustentável dos recursos naturais e à relevância estratégica do oceano.

Conclui-se que o contributo mais profundo da Universidade dos Açores reside no reforço da capacidade coletiva de pensar criticamente a realidade, imaginar futuros alternativos e sustentar decisões mais informadas, constituindo um instrumento essencial para o aprofundamento da autonomia nos próximos cinquenta anos.

Nota Biográfica: Susana Mira Leal cumpre o segundo mandato como reitora da Universidade dos Açores (UAç). Antes, foi Diretora do Departamento de Ciências da Educação entre 2013 e 2014, e, entre 2014 e 2022, foi Pró-reitora e Vice-reitora da UAç com os pelouros da Formação Complementar, da Extensão Cultural, das Relações Externas, Internacionalização, Comunicação e Infraestruturas. Foi recentemente eleita presidente do Board of Rectors da Aliança Europeia de Universidades EUNICoast; integrou, de 2014 a 2022, o Conselho Científico do Réseau d'Excellence des Territoires Insulaires (RETI) e, entre 2018 e 2022, a Plataforma Campus IberoAmerica. É doutorada em Educação, na Especialidade de Metodologia do Ensino do Português e professora associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores.



SESSÃO DE ENCERRAMENTO

José Manuel Bolieiro
5.º Presidente do Governo Regional dos Açores

Nota Biográfica: Natural da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra.

Foi deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (1998-2009), exercendo as funções de presidente do Grupo Parlamentar do PSD e de presidente da Comissão Permanente de Política Geral. Entre 2002-2009, foi Presidente da Assembleia Municipal de Povoação.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada de 2012 a 2020. Foi também presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada, presidente do conselho de administração da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, membro da assembleia intermunicipal da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e membro do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A 24 de novembro 2020 tomou posse como 5.º Presidente do Governo Regional dos Açores, tendo sido reeleito nas eleições regionais de 4 de fevereiro de 2024. É membro do Conselho Superior de Defesa Nacional e, por inerência, membro do Conselho de Estado desde fevereiro de 2021.



Luís Garcia

12.º Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Nota Biográfica: natural da freguesia da Matriz, da cidade da Horta. É licenciado em Engenharia Zootécnica pela Universidade dos Açores e membro da Ordem dos Engenheiros, tendo exercido a sua profissão como Técnico Superior da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial e como Técnico da Associação de Jovens Agricultores do Faial.

Iniciou funções como Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em novembro de 2008, tendo exercido o cargo desde então. Como Deputado, foi Membro da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (CAPAT), da Comissão Permanente, da Comissão de Economia e da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA), tendo integrado a Direção do Grupo Parlamentar do PSD-Açores e coordenado o Grupo Parlamentar do PSD/Açores na Comissão de Economia. Foi Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na XI Legislatura.

Desempenhou também funções como autarca, tendo sido vereador da Câmara Municipal da Horta (2005-2009 e 2013-2017) e vogal da Assembleia Municipal da Horta (1999-2001). Em 2020 foi eleito Presidente da ALRAA e, após as eleições de 2024, foi reeleito ocupando o cargo até ao presente.

Para além da vida política e partidária, tem tido uma importante intervenção cívica. Foi membro dos Órgãos Sociais de várias associações locais, tendo exercido os cargos de: Vice-Presidente da Associação de Futebol da Horta; Presidente e Vice-Presidente da Direção do Futebol Clube dos Flamengos, bem como Presidente do seu Conselho Fiscal; dirigente do Grupo Desportivo Cedrense; Presidente do Núcleo da Cáritas dos Flamengos; membro da Direção da Cáritas da Ilha do Faial; e membro do Departamento da Pastoral Juvenil da Ilha do Faial.